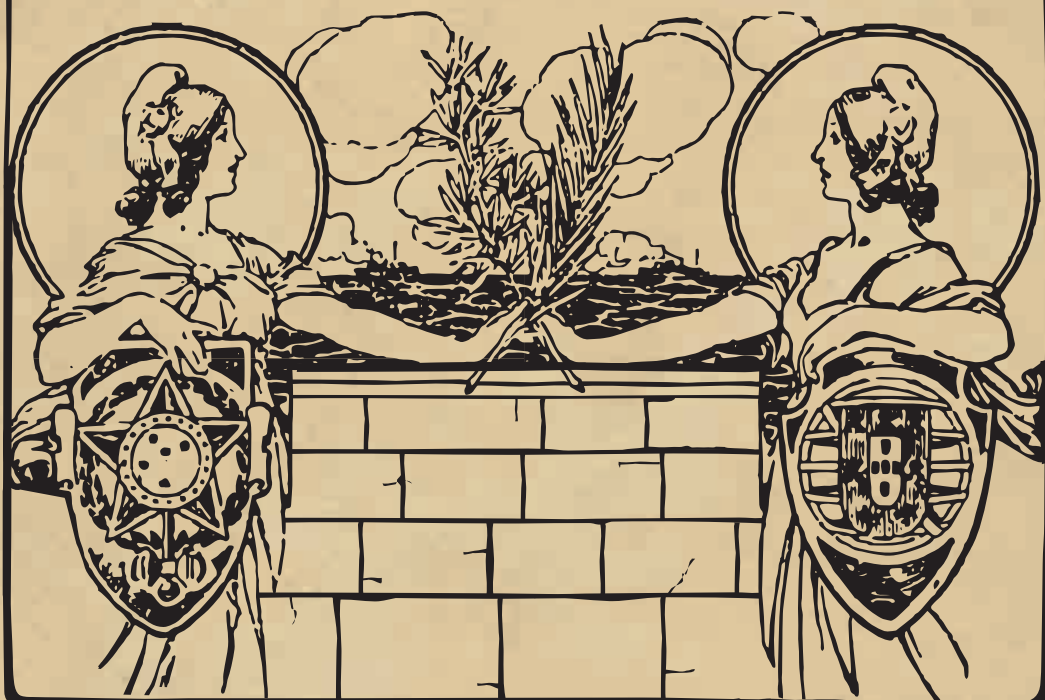


# ATLANTIDA

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Luís Andrade

Zília Osório de Castro



A intensificação da Guerra, reforçou o caráter doutrinário da *Atlantida*. A militância pela aproximação dos “povos irmãos” acabaria por desaguar na proposição de uma “íntima aliança política” entre Portugal e Brasil.

A ideia não constituía propriamente uma novidade. Começara a ser aventada em 1890, por Silvio Romero (1851–1914), na conferência “O elemento português no Brasil: a imigração e o futuro do povo brasileiro”, pronunciada no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Aliás, na primeira edição da sua *História da literatura brasileira*,<sup>2</sup> o escritor mostrara-se um crítico implacável da matriz cultural lusíada. No entanto, mudou de opinião e decidiu defendê-la, temeroso da política expansionista do II Reich em relação ao Sul do Brasil.<sup>3</sup>

As preocupações de Silvio Romero não pareciam infundadas. A região concentrava numerosas colônias alemãs, onde se desconhecia a língua portuguesa. Alarmado, o escritor argumentava: “a língua, por si só, na era presente serve para individualizar a nacionalidade, é por isso que os alemães consideram a pátria alemã todo e qualquer sítio onde é falada a língua alemã”. Romero antevia que, no futuro, o núcleo do Rio Grande do Sul se tornaria independente e se juntaria ao de Santa Catarina, “formando ambos a nova nacionalidade”. Diante desse risco, apregoava fortalecer os elementos luso-brasileiros, que historicamente constituíam a nação, em particular o idioma. Alertava, ainda, que a ambição germânica não se limitava à margem ocidental do Atlântico sul: Portugal “também pertence ao grupo dos ameaçados, quando não diretamente nas suas plagas europeias, de modo inequívoco na África”. Para enfrentar o perigo comum, Romero sugeria que os dois países se unissem e constituíssem uma federação.<sup>4</sup>

Em Portugal, como já se viu no capítulo anterior, a ideia de uma aliança com o Brasil fora lançada, pela primeira vez, em 1909, por Coelho de Carvalho, na Academia das Ciências de Lisboa.<sup>5</sup> Seguiu-se o projeto do “Acordo Luso-brasileiro”, formulado por Consiglieri Pedroso, mas que acabou por permanecer no terreno das

---

<sup>1</sup> ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

<sup>2</sup> *Idem*. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. V. 4–5.

<sup>3</sup> Segundo Silvio Romero, os pangermanistas promoveriam iniciativas “cujo fim é enviar alguns pastores, padres e mestre-escolas ao Sul do Brasil. Na cidade de Magdeburgo, um dos oradores declarou que parte do Sul do Brasil é terra alemã, e que deverá mais tarde pertencer ao império germânico” (*idem*, *O elemento...*, *op. cit.*, p. 35).

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>5</sup> Cf. SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro...*, *op. cit.*, p. 23 e 24.

intenções, pois seu autor faleceu logo depois de anunciá-lo. Ademais, no Brasil, apesar do empenho de certos publicistas e escritores, que divulgaram o projeto na imprensa, no âmbito institucional, o Ministério das Relações Exteriores parecia ignorar a existência da proposta de Pedroso.<sup>6</sup>

De um modo geral, as iniciativas para estreitar os laços entre os dois países, fossem oficiais ou particulares, quando muito, suscitaram visitas recíprocas ou trocas de notas diplomáticas, cujos resultados foram praticamente nulos. Nas palavras do escritor pernambucano Medeiros e Albuquerque, um partidário da aproximação luso-brasileira, todas aquelas ações teriam surtido “tanto efeito como o de versos [dirigidos] à Lua”.<sup>7</sup>

Seja como for, em 1917, a *Atlantida* publicou o extrato de uma entrevista concedida a João de Barros pelo representante português na França, o dr. Antonio Maria de Bettencourt Rodrigues,<sup>8</sup> com o título “Uma ideia a defender – A Confederação Luso-Brasileira”, acrescido de uma sugestiva indagação: “Será possível uma nova e grande Lusitânia?”. O embaixador sugeria a união Portugal–Brasil, reportando-se a outro diplomata, d. Luís da Cunha, que aconselhara ao rei d. João V transferir a corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no século XVIII. Recuperava, ainda, as teses de Silvio Romero, de Coelho de Carvalho e o “acordo” de Consiglieri Pedroso, acentuando-lhes as vantagens, à luz do contexto geopolítico contemporâneo. Neste sentido, a cartografia de Bettancourt Rodrigues é clara:

---

<sup>6</sup> Consiglieri Pedroso expediu telegramas aos governos de Portugal e do Brasil comunicando a aprovação do projeto do “acordo” pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A resposta do chanceler brasileiro, o barão do Rio Branco, datada de 17 de novembro de 1910, era bem clara: “O presidente da República agradece muito o telegrama de Vossa Excelência [...]. Examinaremos em tempo o projetado acordo, sobre o qual não tem este governo conhecimento algum. Rio Branco”. Ver PEDROSO, Consiglieri. *O Acordo Luso-brasileiro*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1909, p. 43–44.

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE, José Joaquim C. de Medeiros e. *A Confederação Luso-brasileira*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 11 jul. 1919. Ver, também, RODRIGUES, Antonio Bettencourt. *Uma confederação luso-brasileira*. Fatos, opiniões e alvites. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922. p. 140–150.

<sup>8</sup> Médico alienista, diplomata e político, o republicano Antonio Bettencourt Rodrigues (1854–1933) exilou-se no Brasil, voluntariamente, entre 1892 e 1913, devido às suas convicções políticas. Estabeleceu-se na cidade de São Paulo, onde exerceu a clínica e participou da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Voltou para Portugal em 1913, assumiu o posto de embaixador na França, cargo do qual seria demitido devido à revolução de 15 de Maio de 1915. Amigo de Sidónio Pais, aderiu ao golpe de dezembro de 1917, e foi reinvestido na embaixada em Paris. Em 1918, elegeu-se senador pelo Círculo Eleitoral da Estremadura. Foi titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, nos governos de Oscar Carmona e José Vicente de Freitas, de 1926 a 1928, e, durante a ditadura militar, chefiou a delegação portuguesa à Sociedade das Nações.

Basta olhar um mapa para que delas nos certifiquemos. De um lado e de outro do Atlântico o que vemos? Numa extensíssima margem da América Austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia de Angola; e, entre elas, como um mar lusitano, o Atlântico sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África ocidental – o arquipélago de Cabo Verde. E, mais ao norte, como pontos de escala em rotas diferentes – os Açores e a Madeira. E, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e do Brasil – o amplo e magnífico porto de Lisboa.<sup>9</sup>

Figura 1

O domínio luso-brasileiro do Atlântico sul



Fonte: RODRIGUES, Antonio Bettencourt. *Uma confederação...*, op. cit., p. 93.

Na opinião do diplomata, o sistema internacional atravessava uma fase de acentuadas mudanças, fruto da combinação de fatores geopolíticos com movimentos socioculturais, como o pangermanismo, o pan-eslavismo e o pan-iberismo. A nova ordem mundial caracterizar-se-ia pela formação de agrupamentos de povos, estados e nacionalidades, sob uma só bandeira, tomando como base o território, a raça ou os interesses econômicos. Ao fim e ao cabo da entrevista, o embaixador deixaria no ar uma pergunta instigante: “*porque se não há de também [...] levantar, em Portugal e no Brasil, o problema do lusitanismo?*” Ligados no passado por glórias e tradições comuns, porque não hão de portugueses e brasileiros [...] constituir uma nova e grande

<sup>9</sup> BARROS, João. Uma ideia a defender – a Confederação Luso-brasileira. *Atlantida*, Lisboa, v. 5, n. 20, p. 659–673, 15 jun. 1917. Grifo nosso.

Lusitânia?”.<sup>10</sup> Para avaliar o acolhimento das suas ideias, Bettencourt Rodrigues revelou a intenção de escrever a alguns brasileiros ilustres. João de Barros, por seu turno, comprometeu-se a divulgar essas opiniões e a consultar algumas individualidades portuguesas sobre o assunto.

A promessa foi cumprida. O mensário passou a publicar os resultados da sondagem com o título “O inquérito da *Atlantida* – Confederação Luso-brasileira”. O primeiro pronunciamento veio do comandante Henrique Lopes de Mendonça.<sup>11</sup> Ele reforçou a proposta, e fez projeções de futuros alinhamentos geopolíticos no mundo Atlântico. No Hemisfério Norte, a coligação integraria a Inglaterra e os Estados Unidos, enquanto que, ao sul, reuniria Portugal e Brasil, concretizando, assim, “um belo sonho: o do panlusitanismo [...], o engrandecimento da pátria comum”.<sup>12</sup> Na mesma linha argumentativa, outro militar, Álvaro Nunes Ribeiro, destacava que: “A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países”.<sup>13</sup> Mais apreciações favoráveis se sucederiam, da parte dos irmãos Jaime e Sebastião Magalhães Lima, do diplomata Alberto de Oliveira, de Anselmo Braamcamp e de Ricardo Severo, entre outros.

Da banda ocidental do mar-oceano, a proposta recebeu a acolhida de diversos intelectuais, políticos e diplomatas brasileiros.<sup>14</sup> Porém, o “Inquérito” publicou apenas a opinião de Arthur Pinto da Rocha, promotor, jornalista e professor de Direito. Arguido por João do Rio, o magistrado argumentou que inexistiam maiores

---

<sup>10</sup> *Ibidem*. Grifo nosso. Sobre a ideia de uma nova Lusitânia, ver CASTRO, Zília Osório de. Do carisma do Atlântico ao sonho da *Atlantida*. In: GUIMARÃES, Lucia M. P. (org.). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. p. 59–60.

<sup>11</sup> Militar, historiador, arqueólogo naval, escritor e dramaturgo, Henrique Lopes de Mendonça (1856–1931), por ocasião do ultimato inglês de 1890, escreveu os versos da marcha *A Portuguesa*, mais tarde adotada pelo governo republicano como Hino Nacional de Portugal. Membro efetivo da Academia das Ciências de Lisboa e correspondente da Academia Brasileira de Letras, deixou importante obra bibliográfica, composta por peças teatrais, poesias, romances e estudos históricos. Ver, por exemplo, MENDONÇA, Henrique Lopes de. O inquérito da *Atlantida* – Confederação Luso-brasileira. *Atlantida*, Lisboa, v. 6, n. 21, p. 771–773, 15 ago. 1917.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> Cf. RIBEIRO, Nunes. A Confederação Luso-brasileira – três opiniões. *Atlantida*, Lisboa, v. 8, n. 26, p. 264–269, 1917. Oficial da Marinha, Álvaro Augusto Manuel Nunes Ribeiro (1878–1933) apoiou o regime republicano e depois participou do movimento *unionista*. Na Marinha, cumpriu papel pioneiro na implantação do serviço de radiotelegrafia em Portugal.

<sup>14</sup> Além dos já mencionados João do Rio, Graça Aranha, Artur Pinto da Rocha e José Joaquim Medeiros e Albuquerque, cabe lembrar, entre outros, Domício da Gama, Alberto Seabra, Noé de Azevedo, Spencer Vampré e Aldo de Cavalcanti Melo. Este último, aliás, é autor de uma obra sobre a confederação. Ver MELO, Aldo de Cavalcanti. *A Confederação Luso-brasileira* (esboço de construção jurídica). Funchal: Tipografia do Diário de Notícias, 1919.

obstáculos de natureza jurídica que pudessem inviabilizar o estabelecimento da “confederação”.<sup>15</sup>

As sondagens sobre a criação da Comunidade Luso-brasileira prosseguiriam. Entretanto, a periodicidade da revista passou a sofrer atrasos constantes, sendo a sua edição suspensa por alguns meses. Em fevereiro de 1919, a *Atlantida* voltou a circular, trazendo um editorial, provavelmente redigido por João de Barros, que levantava uma questão nevrálgica:

A vitória dos aliados trouxe consigo a vitória dos grupos étnicos. Será agora a ocasião de fazer triunfar – no Brasil e em Portugal – o nosso lusitanismo comum? [...] Será ou não será agora a ocasião de alicerçar em bases indestrutíveis, *não direi diplomáticas, mas de interesses comuns, que aos dois países convém?*<sup>16</sup>

Dois meses depois, Graça Aranha iria ainda mais longe, na sua primeira intervenção como diretor da *Atlantida*:

As razões econômicas que determinam a união de Portugal e do Brasil foram percebidas pelos alemães, quando eles ambicionavam se apossar do Sul do Brasil e das colônias portuguesas da África. A Alemanha queria canalizar para Hamburgo os produtos do Brasil e de Angola. *Se o Brasil e Portugal se unirem, em vez de uma concorrência entre as duas regiões produtoras dos mesmos gêneros e das mesmas matérias primas se daria uma frutuosa e fraternal colaboração. E o momento é oportuno para realizarmos este admirável plano [...].* A federação luso-brasileira mais simples, mais fácil não se fará pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados por um mesmo pensamento nacional.<sup>17</sup>

As palavras de João de Barros e de Graça Aranha merecem uma reflexão. No

---

<sup>15</sup> Cf. ROCHA, Arthur Pinto da. A Confederação luso-brasileira – Três opiniões. *Atlantida*, Lisboa, v. 7, n. 26, p. 264–269, 1917.

<sup>16</sup> Cf. EDITORIAL. *Atlantida*, Lisboa, v. 9, n. 33–34, p. 1–4, 1919. Grifo nosso.

<sup>17</sup> ARANHA, Graça. A Nação. *Atlantida*, Lisboa, v. 10, n. 37, p. 10–11, 1919. Grifo nosso.

raciocínio de ambos, depois de derrotado o inimigo comum e afastada a ameaça da hegemonia alemã no Atlântico sul, a ideia da confederação, que antes se ancorava em premissas geopolíticas, doravante passava a ter como base de sustentação argumentos de cariz econômico.

Na *Atlantida*, tal problemática seria abordada em sucessivos artigos, inclusive pelo economista francês J. Gaillard.<sup>18</sup> Tudo leva a crer que a seleção dessas matérias abria caminho e buscava sensibilizar os leitores para uma proposta que vinha sendo gestada no Senado de Portugal. Nos números 42–43, precedida de uma mensagem de apoio da redação, a revista divulgava a informação de que o senador Manoel Gaspar de Lemos, em 19 de junho de 1919, apresentara um projeto de lei, com o intuito de estabelecer uma “grande comissão de estudo para o estreitamento das relações entre Portugal e Brasil”, retomando, assim, os fundamentos do “acordo” de Consiglieri Pedroso.<sup>19</sup>

Por sinal, a iniciativa do senador Gaspar de Lemos não seria a primeira do gênero. Em agosto de 1918, o parlamento português aprovara um projeto de igual teor, de autoria do deputado Lobo d’Ávila Lima,<sup>20</sup> cujos efeitos são desconhecidos. De qualquer modo, o indicativo de Gaspar de Lemos não teve melhor sorte do que o do seu antecessor: recebeu parecer favorável da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado, porém, daí em diante, não se teve mais notícia da sua tramitação.

Esses projetos provocaram intensa discussão nas duas margens do Atlântico.<sup>21</sup> No Brasil, como já era de se esperar, os setores nacionalistas mais radicais os rechaçaram, identificando-os como tentativas de recolonizar o País: “Golpeemos de

---

<sup>18</sup> Cf. GAILLARD, J. Le Développement maritime et l’avenir transatlantique du Brésil. *Atlantida*, Lisboa, v. 10, n. 38, p. 167–182. Ver, também, *idem*. *Amérique Latine et Europe occidentale. L’Amérique face à la guerre*. Paris: Berger -Levrault, 1918.

<sup>19</sup> Um projecto de lei. *Atlantida*, Lisboa, v. 11, n. 42–43, p. 791–798, ago.-set. 1919. De acordo com o anteprojeto, a dita comissão deveria tratar da seguinte pauta: uniformização da língua e da recíproca proteção à propriedade literária; harmonização das instituições de direito privado; mútua elegibilidade dos cidadãos dos dois países; equivalência dos cursos superiores e livre exercício das profissões correspondentes; emigração para o Brasil; proteção à navegação comercial; estabelecimento de um porto franco em Portugal; e demais assuntos que o Poder Executivo viesse a indicar.

<sup>20</sup> O projeto de Lobo d’Ávila previa a nomeção de uma “comissão destinada a estudar meios de se intensificarem as relações de Portugal com o Brasil”. Cf. RODRIGUES, Antonio Betencourt. *Uma confederação...*, *op. cit.*, p. 194–195.

<sup>21</sup> Uma pista de que a defesa da ideia da confederação deve ter despertado muitas críticas está na advertência da redação da revista, publicada nos n. 42–43: “A direção da *Atlantida* não toma a responsabilidade – porque não tem que a tomar ... – das doutrinas e opiniões expressas pelos seus ilustres colaboradores. Julga assim prestar não só homenagem à independência intelectual e moral dos autores que lhe dão a honra da colaboração, como um bom serviço à dignidade e ao prestígio das letras”. *Atlantida*, Lisboa, v. 11, n. 42–43, p. 831, ago.-set. 1919.

uma vez esse tentame de federação luso-brasileira. Não esqueçamos os três séculos de domínio colonial, em que éramos zurzidos a chicote, e os sonhadores da independência conheciam os degredos da África ardente, quando não os esquartejavam depois da força”.<sup>22</sup>

Por outro lado, havia quem abraçasse abertamente a ideia da união política com Portugal, a exemplo do já citado escritor Medeiros e Albuquerque. Na coluna semanal que assinava no jornal *O Estado de S. Paulo*, Medeiros não apenas defendeu-a, como redigiu um “esboço de constituição” para definir os seus princípios, advertindo que “A Confederação Luso-brasileira, grande nação americana e europeia, com possessões nas cinco partes do mundo, seria a salvação dessa admirável e miserável língua portuguesa, que é hoje a gíria confidencial de dois povinhos e voltaria a ser um dos grandes poderes literários do mundo”.<sup>23</sup>

Se, no Brasil, a polêmica se instaurara, alimentada pela ira dos nacionalistas mais inflamados, em Portugal, ao que tudo indica, também houve confronto. Neste sentido, é esclarecedora a resposta de João de Barros ao artigo intitulado “Não pensemos tanto no Brasil!!!”, publicado no diário *O Século*, em 22 de agosto de 1919, por Joaquim Manso, antigo colaborador da *Atlantida*: “deixando mesmo de lado as objeções, [...] que se podem opor à sua ideia de que pensamos demais no Brasil, permito-me discordar do significado que parece ter o conselho que nos dá [...] Portugal e as colônias não têm senão a ganhar com o maior estreitamento das relações luso-brasileiras.”<sup>24</sup>

Talvez, entre os portugueses, a reação negativa mais contundente ao projeto possa a ser atribuída ao ensaísta Fidelino Figueiredo.<sup>25</sup> No seu discurso de posse como sócio correspondente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 29 de setembro de 1920, ele esconjurou todos os planos de confederação e foi ainda mais

---

<sup>22</sup> ALMEIDA, Trajano. Intercâmbio ou recolonizaçã”. *Gil Blas, Panfleto de combate*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 2–3, 20 nov. 1919.

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE, José Joaquim C. de Medeiros e. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 11 jul. 1919.

<sup>24</sup> Cf. BARROS, João. Portugal, Brasil e as colônias portuguesas. *Atlantida*, Lisboa, v. 10, n. 40, p. 498–499, 1919.

<sup>25</sup> Nascido em Lisboa, em 1889, político, ensaísta, professor e crítico literário, Fidelino de Figueiredo exilou-se no Brasil em 1938, por divergências com o regime salazarista. Estabeleceu-se em São Paulo, onde exerceu o magistério e dirigiu a cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (USP). Deixou discípulos eminentes no Brasil, como os professores Antônio Soares Amora, Segismundo Spina e Massaud Moisés. Após cumprir treze anos de exílio, Fidelino voltou para Portugal, onde viria a falecer em 1967.



longe:

Não venho ao Brasil a propagandear alianças, nem intercâmbios, menos ainda a mercantilizar ideias. [...] Sei que as alianças só são possíveis e fecundas, quando se sugere reciprocidade de interesses em justa proporção, e quando na escala dos valores políticos ambas as partes atingem alturas aproximadas. Sei também que a cultura científica, artística e literária não se difunde, porque agentes divulgadores ponham sua industriosa atividade ao seu serviço. [...] E para confirmar o meu ceticismo está a esterilidade desses esforços de intercâmbio à sobreposse. Nem a iniciativa de Consiglieri Pedro de 1910, nem uma sua sobrevivência de 1918, deram quaisquer frutos. Contra essa última protestei eu na Câmara dos Deputados, em nome da dignidade de um povo, que não pode ver com indiferença essa deturpação dos seus ideais por uma propaganda, nem sempre puramente especulativa.<sup>26</sup>

Apesar do desapareço de Fidelino, dos protestos de Joaquim Manso e do desaparecimento da *Atlantida*, a conveniência da aproximação política e econômica de Portugal e Brasil voltaria a ser aventada. Meio século mais tarde, no livro *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho demandaria a criação de “uma autêntica Comunidade Luso-brasileira, e se possível uma futura Comunidade Luso-afro -brasileira”.<sup>27</sup>

Lucia Maria Paschoal Guimarães em Lucia Maria Paschoal Guimarães, Luís Andrade e Zília Osório de Castro, *Atlantida. A invenção da comunidade luso-brasileira*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2013, pp. 48-57.

---

<sup>26</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 87, v. 141, p. 495–497, 1920.

<sup>27</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* (Uma perspectiva histórica). Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 78–80.